

MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL NA BAHIA

Coordenação:

Marcelo Cortes Neri

cps@fgv.br

Equipe do CPS:

Ana Beatriz Urbano Andari

Ana Lucia Salomão Calçada

André Luiz Neri

Carolina Marques Bastos

Helen Harris

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Paloma Madanelo de Carvalho

Samanta dos Reis Sacramento

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Mapa da Exclusão Digital na Bahia / Coordenação Marcelo Côrtes Neri. - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2006.

[92] p. (inclui Sumário Executivo)

1. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. 2. Exclusão digital. 3. Inclusão digital. 4. Isolamento social. 5. Inclusão social. I. Neri, Marcelo Côrtes. II. Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Políticas Sociais.

©CPS/IBRE/FGV 2006

MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL NA BAHIA

Sumário Executivo

O projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI-BA), sob o comando de Rafael Lucchesi. A pesquisa contou com total apoio da equipe do programa Identidade Digital, liderada por sua Diretora Denise Bezerra com apoio especial de Emerson Casali. Seguem agradecimentos especiais a Sonia Pinto, Maria Oliveira Costa, Cristiano Barreto e a todos os demais colaboradores. A SECTI em parceria com a Secretaria de Combate a Pobreza representada por Clodoaldo Piasa, vem unindo esforços a fim de usar a inclusão digital como meio para se chegar à inclusão social.

Sumário Executivo: Mapa da Exclusão Digital na Bahia

1.1 VISÃO GERAL

Este trabalho propõe mapear as diversas formas de acesso à tecnologia digital no Estado da Bahia, proporcionando uma perspectiva de atuação integrada com outras ações que visam combater a miséria, a desigualdade e elevar o nível de bem-estar social de maneira sustentável. Buscamos, desta forma, motivar o debate local em torno de ações contra o chamado *apartheid* digital. O [conteúdo](#) abordado considera tanto o lado dos consumidores (usuários) quanto dos Produtores de TIC.

1.2 PLANO DE TRABALHO

Utilizamos no estudo informações de diferentes bases de dados que estão disponibilizadas através do sítio do projeto e de links em partes específicas do texto. O roteiro do trabalho pode ser sintetizado em uma série de perguntas: A primeira é **o que fazer**. A resposta simples é promover inclusão digital, mas isto nos remete à questão de **como fazer**. Que combinação de tecnologias usar? Computadores/Internet? A pergunta como está também relacionada com a **quem** dar acesso como, por exemplo, que classe econômica (C, D, E etc.) ou grupo social focar (ex: afrodescendentes, pessoas com deficiência, profissões específicas multiplicadoras da inclusão digital, etc.) e **quando** deveria a meta ser perseguida considerando o ritmo ótimo do processo de inclusão digital e que estágio do ciclo da vida (adolescente, jovens, etc.) privilegiar nas ações. A pergunta seguinte é **onde** buscar a meta de inclusão digital. Serão mapeados locais de inclusão digital tal como domicílios e locais de trabalho a fim de capturar possíveis complementaridades e substitutabilidades entre locais de acesso.

Devemos também perguntar **por que** buscar a meta de inclusão digital. Já que a inclusão digital não é um fim em si mesmo, assim como **para que**. (Serão reportados os efeitos concretos do acesso às TICs na vida das pessoas como impacto no desempenho escolar; e v) o efeito direto da inclusão digital na cidadania através de acesso a serviços públicos (i.e. governança eletrônica) ou simplesmente por pertencer à chamada sociedade do conhecimento. Isto nos leva às metodologias de avaliação de impacto do programa que será medido através de pesquisa de campo.

2. COMBINAÇÃO DE TECNOLOGIAS (COMO FAZER?).

2.1 [COMPUTADORES/INTERNET, CELULARES/VOZ?](#)

Antes de tudo, é necessário que se faça uma espécie de “corrida de cavalos” para decidir qual tecnologia deve ser priorizada como meio de inclusão digital. Estudos recentes demonstram a importância do acesso a telefone celular na produtividade de indivíduos que residem em alguns países da África. Hoje, 36,6% da população baiana possui acesso à celular, contra 5,7% do acesso à internet.

2.2 FLUXOS DIGITAIS

Olhando pelo lado dos [fluxos de despesas](#) podemos captar a importância de itens ligados a TIC na alocação orçamentária familiar. Estas informações que podem ser úteis no planejamento de ações na área de ID. Em média, a população baiana que possui despesas digitais (1,8% dos baianos) gasta R\$ 125,69 mensais para adquirir um equipamento. Já as despesas com serviços de internet chegam a R\$ 13, 7, em um mês (1,6% da população total).

O entendimento do funcionamento do mercado secundário de equipamentos de informática permite a avaliação da provisão de insumos e identificação de oportunidades para ampliação da

base de operações de entidades da sociedade civil ou mesmo iniciativas governamentais nacionais ou locais.

Os dados mostram que 31,20% das aquisições de microcomputadores foram à vista, 60,98 % foram a prazo; e de todas as aquisições 82,75% eram novos e 17,25% usados. Adquiridos, em média, três anos anteriores à pesquisa (2003).

2.3 ACESSO INDIVIDUAL VERSUS COLETIVO

O passo seguinte é avaliar qual melhor estratégia para otimizar o acesso. Será que faz sentido a idéia é um computador por pessoa ou por domicílio? Ou deveria a estratégia contar com o acesso institucional que permitiria a divisão dos custos diretos dos itens de TIC e da sua respectiva taxa de depreciação entre um grupo maior de indivíduos?

3. PÚBLICO-ALVO

Tão importante quanto buscar a melhor combinação de tecnologias e estratégias de acesso, é saber quais os grupos deveriam ser beneficiados. Nesse sentido, utilizamos inicialmente os dados de diferentes pesquisas domiciliares para medirmos o acesso e mapearmos a população baiana.

3.1 QUEM?

Propomos identificar e localizar o público-alvo potencial, identificando os indivíduos que necessitam e os indivíduos com potencial não aproveitado como, por exemplo, a população pobre, jovem e com alguma escolaridade acumulada. É importante destacar aqui a necessidade de equilibrar esta busca na dicotomia existente entre quem é pobre e aqueles que iriam se beneficiar mais da iniciativa no sentido dela apresentar maior capacidade de transformar suas vidas (ex: geração de renda). Tipicamente a ação terá maior retorno social e privado centrando nos pobres que dispõe de oportunidades ainda não aproveitadas por falta de acesso a tecnologia digital. O segredo é combinar na identificação do foco, o suprimento de necessidades de quem precisa de apoio com a possibilidade de alavancar a geração de renda, de forma a habilitá-las a adquirir posteriormente serviços e produtos tecnológicos e de comunicação.

BAIXA RENDA

Cerca de 42,6% da população baiana possui renda familiar total até dois salários mínimos que é o público-alvo das ações de combate à pobreza do estado. Sem poder aquisitivo para adquirir seu próprio equipamento (99,17% não possui computador em casa, segundo dados da 2005), representam um potencial alvo das estratégias públicas de inclusão digital. Nesse caso a inclusão digital deve ser encarada como uma política estrutural de combate à miséria cujo principal objetivo é a transferência de tecnologia que transferem aos pobres usuários meios para saída da miséria de forma permanente.

MICROEMPRESÁRIOS

Em 2005, trabalhadores por conta própria e empregadores com até 5 empregados representam 3,52% da população no Estado. Pesquisa realizada em 2003, mostra que apenas 2 mil microempresários baianos utilizam a internet para pagamento de suas tarifas e impostos (corresponde a menos de 0,4% do total). Percentual problemático, uma vez que, quase 14% dos microempresários baianos levam mais de 30 minutos para chegar a agência bancária mais próxima, ou seja, esta é uma perda de tempo que pode ser reduzida pelas vias do acesso a tecnologias

digitais (internet, celular e etc). Utilizamos alguns fatores para comparar microempresários com e sem acesso a serviços digitais.

O lucro médio daqueles que tem acesso à internet no negócio é 5,7 vezes maior do que os que não possuem acesso (R\$ 1419,42 contra R\$ 248,26). Embora a direção de causalidade entre renda e acesso não possa ser precisada. Apesar do retorno proporcionado, ainda é baixa a percepção da importância do acesso a computador para desenvolvimento do negócio. Dos que não utilizam esse tipo de serviço, o principal motivo declarado foi: não achar necessário, porém menos expressivo na Bahia do que no Nordeste (60,9% contra 66,4%). Alto custo foi o segundo mais reportado, com taxas de 15,8% e 15,1%, respectivamente. Alguns achavam que o local da oferta era longe ou desconheciam a oferta, estes mais expressivos na Bahia, 6,3% contra 4,2%.

Micro-finanças - 91,91% dos que têm acesso no negócio possui conta corrente em algum banco. Esse percentual é de 70,81% para aqueles com acesso em casa e 48,52% em algum lugar. Já entre aqueles que não tem acesso, esse percentual é 24,19%. O mesmo ocorre para outras informações bancárias como posse de talão de cheques, cheque especial e cartão de crédito. Aqueles com acesso a internet em casa e no negócio reportam menores dificuldades para acesso a serviços financeiros. Respectivamente, 78,06% e 78,15%, não tiveram dificuldades. Falta de comprovantes e insuficiência de renda foram as mais reportadas.

Formalização - Os microempresários que possuem acesso digital são os que mais buscam a formalização do negócio. Também são os que mais obtêm sucesso de formalização. Dentre os que tentam, as menores dificuldades estão entre aqueles que possuem acesso a serviços digitais no negócio (72% deles não tiveram dificuldades para regularizar o negócio). Entre os sem acesso, o percentual é de 61,6%. Em geral, as maiores dificuldades apresentadas para regularização são: grande burocracia envolvida e alto custo.

ALUNOS

Talvez a melhor forma de combater o apartheid digital no longo prazo é investir diretamente nos alunos para que possam ter acesso desde cedo às novas tecnologias. Dos que frequentam escola, as maiores taxas de acesso privado a computador estão entre os que frequentam o ensino superior (menos de 2% da população baiana). Desses, 55% já possuem computadores em seus lares. Faz-se necessário, então priorizar e atingir de forma mais igualitária os outros níveis de ensino, principalmente os que frequentam o ensino fundamental, cujas taxas de acesso a computador giram em torno de 4,5% no Estado. No ensino médio, esse índice atinge 12,7% dos alunos.

Através da avaliação de desempenho empreendida pelo MEC a cada dois anos podemos tentar mensurar o impacto da inclusão digital na educação. Em média, a diferença do desempenho acadêmico entre o aluno incluído e o aluno excluído é de 56,83 pontos. Ou seja, quando escolhemos um aluno que tem acesso a computador em casa e na escola, em média seu desempenho é 28,57% maior do que um aluno que não possui acesso a computador.

Tem computador com Internet em casa

Bahia 2003 - Matemática

	Tem computador em casa e na escola	Só tem computador em casa	Não tem acesso a computador
4a série E.F.	217,49	164,03	223,91
8a série E.F.	303,76	253,49	252,54
3a série E.M.	326,77	256,99	319,13

Tem computador em casa sem Internet

Bahia 2003 - Matemática

	Tem computador em casa e na escola	Só tem computador em casa	Não tem acesso a computador
4a série E.F.	190,19	173,93	241,63
8a série E.F.	259,95	245,91	301
3a série E.M.	293,92	249	308,89

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do INEP/MEC

Além de analisarmos o impacto de possuir Internet no computador do domicílio, podemos também analisar o impacto que o acesso a Internet na própria escola exerce sobre o desempenho do aluno. Para os mais incluídos, um “bom” acesso à Internet provido pela escola resulta em um melhor desempenho nas três séries. Porém, quando consideramos apenas que o aluno possui computador somente na escola, vemos que o desempenho é melhor na 4ª série do ensino fundamental assim como na 3ª série do ensino médio quando não se tem acesso a Internet na escola.

Através da decomposição dos microdados, podemos traçar o perfil dos estudantes baianos que têm acesso a computador, assim como daqueles que não possuem acesso, comparando com os dados equivalentes da região nordestina. Quando comparamos com a região, observamos que a série com a maior defasagem é a oitava série do ensino fundamental. No Estado da Bahia, menos de 40% dos estudantes da oitava série tem acesso a computador. Enquanto apenas 8,05% dos estudantes têm acesso a computador em casa e na escola, 20,91% têm acesso somente na escola, e 9,17% têm acesso somente em casa, o restante da população de estudantes, 61,86% não tem acesso a computador. Entre os alunos da oitava série da Bahia, apenas 7,05% possuem computador sem Internet em casa, e 11,44% possuem computador com Internet. Ao comparamos este dado com a região nordeste, observamos que há uma sub-representação, ou seja, a inclusão digital na Bahia está defasada em relação ao resto da região nordeste.

No estado da Bahia, 70,56% das escolas não possuem computadores para o uso dos alunos e 81,31% não possuem computadores com Internet para uso dos alunos. Para os que têm acesso a computador em casa e na escola, existe uma maior probabilidade de possuírem um computador classificado como “bom” pelo diretor. Dos que têm computador somente na escola, 74,52% dos alunos têm acesso a um computador “bom”, enquanto 20,93% têm acesso a um “regular”.

PROFESSORES

Produtores de conhecimento, os professores são um canal privilegiado de propagação de TIC. Em 2005, taxa de acesso (domiciliar) a computador para esse grupo chega a 24,43% (40,3% para os da rede privada e 20,85% para os da rede pública de ensino).

3.2 QUANDO?

A IDADE IDEAL DA INCLUSÃO

Observando a variável idade, a faixa etária que possui maior taxa de acesso a computador é a de 50 a 59 anos (8,13%). A população jovem, com potencial ainda a ser explorado, possui um percentual baixo de acesso (4,64%). Entretanto nesta faixa é que se situa o maior potencial de retorno de ações de inclusão digital. Nesta fase o acesso a TIC pode afetar de maneira decisiva a acumulação de capital humano da pessoa não só pela maior frequência escolar, mas pela própria facilidade de uso de computadores pelos mais jovens.

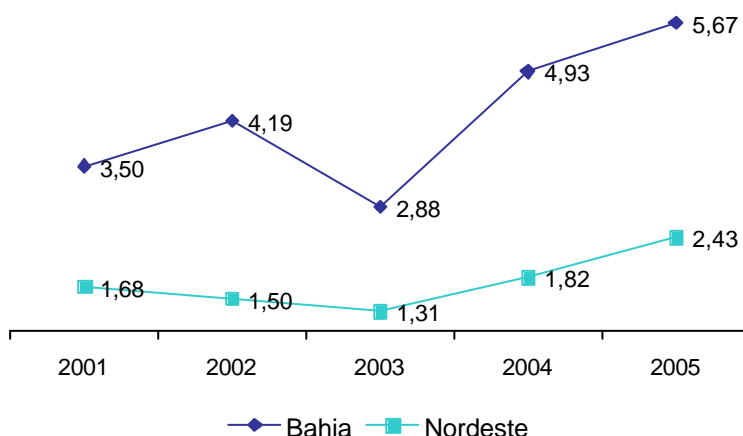
4. LOCAIS DE ACESSO (ONDE?).

A pergunta de **onde** buscar a meta de inclusão digital está relacionada aos canais de ações de ID existentes, que pode ser doméstico, no trabalho, em locais públicos conforme resumido no esquema abaixo:

4.1 DOMICÍLIOS

A taxa de acesso doméstico a computador e a internet da população baiana ainda é a metade da nacional. Apesar baixa, tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos. Passou de 5% para 8,35%, entre 2001 e 2005. Hoje, a Bahia possui taxa superior a encontrada na Região Nordeste (7,6% em 2005), revertendo à situação de equivalência observada em 2001. Com relação à internet, o acesso baiano é pelo menos duas vezes maior que o Nordeste, em todos os anos analisados, crescendo de 3,5% para 5,67%, enquanto o Nordeste cresce de 1,7% para 2,43%.

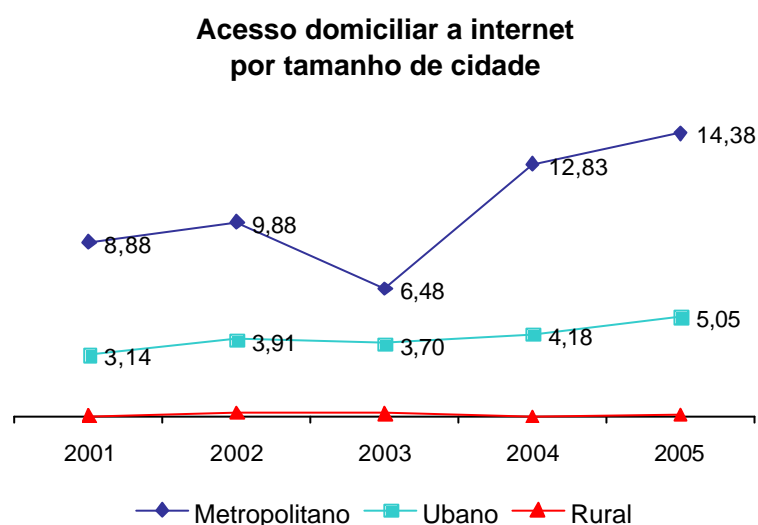
Acesso domiciliar a internet



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE

Estas são as principais aproximações de inclusão digital doméstica (IDD), utilizadas nesta parte do estudo. A seguir, discutimos conceitos mais amplos de inclusão digital não só nos domicílios como no trabalho, na escola e nos serviços públicos, em geral.

Em geral, observa-se no âmbito domiciliar uma desigualdade muito expressiva. Enquanto que na área metropolitana 14,4% da população possui computador em casa, na área rural esse índice é próximo de 0%. O mesmo é verificado quando analisamos aqueles que moram em aglomeradas subnormais (favelas), onde a taxa de acesso domiciliar a internet permanece mais ou menos estável, (1,4% e 1,5%), entre 2001 e 2005; com queda nas taxa de acesso a computador. Nota-se que o acesso não atinge de forma igualitária todos os grupos da população. É de extrema importância às iniciativas de inclusão digital voltadas a esses grupos.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE

Em seguida, completamos o acesso domiciliar, olhando sob a perspectiva de diferentes [locais de moradia](#), estes não contemplados anteriormente, como é o caso das aldeias indígenas, navios e alojamentos. Microdados de 2000 permitem obter uma fotografia desse acesso e compará-lo ao Nordeste como um todo. Primeiro, vale ressaltar, que esses dados comprovam as evidências anteriores, mostram que as favelas (ou aglomerados subnormais) possuem taxas de acesso inferior aos domicílios "normais". Com relação aos demais locais de moradia o acesso a computador é praticamente nulo: alojamento 0% (0%) e aldeias indígenas 0% (0,35%) na Bahia (Nordeste).

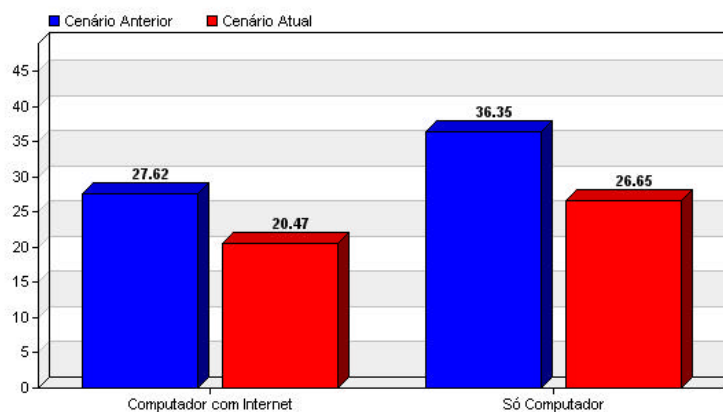
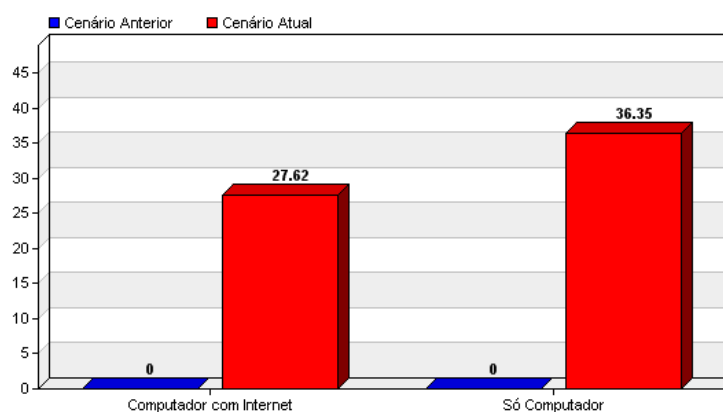
LOCAIS DE MORADIA 2000

	Bahia	Nordeste
Domiciliar	6,31	5,81
Casas Normais	6,41	5,91
Favelas	1,82	2,03
Alojamento	0,00	0,00
Aldeia indígena	0,00	0,35
Penitenciária	0,00	0,00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE

Espelho do Acesso Recente

Neste espelho cada pessoa pode inserir a combinação dos seus dados pessoais como idade, sexo, local de moradia entre outros e cenarizar qual a taxa de acesso domiciliar a computador e internet. Por exemplo: uma mulher, branca, de 16 a 21 anos, renda domiciliar até 500 reais, de 8 a 11 anos de estudo, que mora na área metropolitana (informações pré-selecionadas). Se olharmos a taxa de acesso à internet doméstica dessa pessoa é 27,62% em 2005. Em 2001, essa mesma taxa era de 20,47%.



Lançamos mão dos dados censitários para tratarmos de atributos não contemplados pela pesquisa recente. Cabe lembrar que a única medida tratada neste caso é o acesso caseiro a computador.

O município capital é o mais incluído no Estado da Bahia. Cerca de 14% da população tem computador em suas casas. América Dourada com 0,02% é o menos incluído no Estado (e do Brasil).

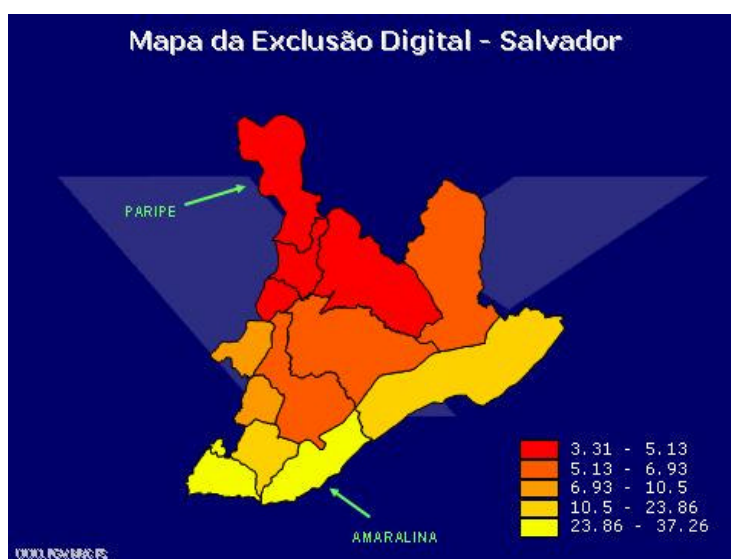
Os três mais incluídos		Os três menos incluídos	
Salvador	14,05	América Dourada	0,02
Lauro de Freitas	13,48	Cairu	0,05
Itabuna	7,66	Maetinga	0,06

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE

Dentro de Salvador, a relação é 10 para 1 entre o mais e o menos incluídos (37,3% em Amaralina contra 3,3% em Paripe).

Os três mais incluídos		Os três menos incluídos	
Amaralina	37,26	Paripe	3,31
Vitória	31,99	Plataforma	3,78
São Pedro	31,52	Valéria	4,24

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE



4.2 EMPREGO

Um outro canal de inclusão digital é o emprego, divididos aqui em sindicatos, grandes e pequenas empresas, veículos ou trabalho domiciliar.

O acesso digital na Bahia supera o Nordeste em todos os itens aqui analisados. Começando pelos [sindicatos](#), a proporção de instituições que possuem microcomputador é 62,42%, e portanto, cinco pontos de porcentagem acima do Nordeste (56,9%).

Em seguida, olhamos sob a ótica das [micro e pequenas empresas](#). A taxa de acesso a serviços de informática na Bahia é 7,7% contra 6,2% no Nordeste. Os baianos possuem taxas de utilização de serviços de informática superior a média dos nordestinos em todos os lugares: em casa 2,1% (contra 1,7% dos Nordestinos); no trabalho 4,4% (3,6%); e em lugares públicos 1,2% (contra 0,9%). A maior utilização é no negócio, porém ainda muito baixa frente ao retorno proporcionado.



Por último e não menos importante, olhamos a população que trabalha [em casa e em vias públicas](#). Dos que trabalham em casa, a taxa de acesso a computador é 13,37%, quase o dobro da taxa de acesso domiciliar total na Bahia, comprovando a importância do computador no desenvolvimento do negócio. Como já era de se esperar, entre aqueles que trabalham em vias públicas, a taxa de acesso a computador (internet) é muito baixo 1,6% (0,9%). Por isso, talvez seja mais indicado olhar a inclusão digital nesse grupo através do acesso a telefonia celular, ferramenta mais utilizada por esse grupo de trabalhadores. Os dados mostram que apesar da importância, a taxa de acesso a celular para esse é menor que a da população baiana, 21,8% contra 25,8 no total.

4.3 LOCAIS PÚBLICOS

Dado que a grande maioria da população baiana não dispõe de computadores nos seus domicílios, e existe uma alta desigualdade no acesso, é de extrema importância analisar o acesso digital em lugares de acesso público, que possibilitam atender segmentos excluídos da população ao mesmo tempo em que socializa os custos de obsolescência tecnológica dos equipamentos pelo potencial aumento da taxa de utilização dos mesmos. Os principais lugares públicos estão apresentados no esquema a seguir:

OUTROS LOCAIS PÚBLICOS

[Outros locais de acesso público](#) podem ser captados em 2000. A pesquisa permite medir, por exemplo, as taxa de inclusão digital em quartéis, com taxa de 68,62%, quase duas vezes maior que o Nordeste (37,31%). Em asilos esse diferencial é ainda maior (3 para 1), 18,43% na Bahia e 6,46%, no Nordeste. Em ambas as regiões a taxa de acesso a computador em penitenciárias é nula, conforme a tabela a seguir.

5. POR QUE?

5.1 ASPECTOS GERAIS DA INCLUSÃO DIGITAL:

Na Bahia, o percentual de [municípios com provedores](#) de internet subiu quase 4 pontos de porcentagem entre 1999 e 2001 (passou de 10,2% para 13,9%). Estimativas superiores às apresentadas pelo Nordeste como um todo, que variou de 6,3% para 9,2% no período. Olhando em termos de população atendida, em 2001, quase 50% da população baiana residia em municípios com provedores de internet (era 42,7% em 1999), mais uma vez superando a média da Região Nordeste.

5.2 INCLUSÃO DIGITAL E COMBATE A POBREZA:

Se visamos atuar em horizontes temporais mais elásticos, cabe antes lembrar que um futuro digno será inatingível para aqueles que não conseguem hoje garantir padrões de vida mínimos. Existem complementaridades naturais entre políticas de transferência de renda e políticas de geração de renda. Vejamos este ponto no contexto das principais vítimas da miséria brasileira, as crianças, os adolescentes e os jovens adultos. 45% dos nossos indigentes têm menos de 15 anos de idade contra 30% referente à participação deste grupo etário na população. A juventude guarda o futuro da miséria brasileira. Mas enquanto a tecnologia não chega lá....

O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos campos da vida do indivíduo. Uma propriedade interessante de ações de ID e outras políticas voltadas para o público infanto-juvenil é que foco e persistência caminham de mãos dadas.

Além da falta de alvo e pontaria, as nossas políticas sociais atacam tipicamente consequências, e não as causas da miséria. Precisamos atuar além das manifestações mais óbvias da pobreza, como a baixa renda, e nos perguntar o que torna as chances apresentadas aos miseráveis tão minguadas. É necessário aprender mais por que pessoas pobres recebem menos. Aqueles que se debruçaram sobre esta questão, no caso brasileiro, apontam a educação como o elemento-chave na promoção social dos miseráveis. Agora qual é o papel da inclusão digital na educação do nosso tempo?

Uma das metas deste trabalho é desenhar um arcabouço integrado de informações e conhecimentos sobre a exclusão digital que subsidiem prescrições de ações privadas e políticas públicas que visam combater a pobreza de maneira sustentável pelas vias da inclusão digital. Pobres precisam, acima de tudo, de oportunidade, e não de caridade. Oportunidades são representadas pela posse de ativos. Entretanto, não basta entender os determinantes do acesso e retorno de determinados ativos isolados, como cursos de informática ou os microcomputadores, mas é preciso olhar de maneira abrangente para todo portfólio dos agentes e saber como os diferentes ativos interagem entre si. Complementarmente, em muitos casos, as pessoas dispõem de ativos, mas não conseguem aproveitar as oportunidades produtivas associadas à sua posse. Neste caso as falhas não estão nos indivíduos, mas no contexto onde eles operam.

- Políticas Estruturais

De forma geral busca-se subsidiar o desenho e a operação de políticas que visam combater a pobreza estruturalmente através do reforço de ativos dos pobres e da provisão de renda em situações particularmente adversas. O desenho de ações contra o apartheid digital pode se beneficiar de informações sistemáticas quanto à estrutura de ativos e passivos das unidades familiares e dos pequenos empreendimentos.

- Capital Digital

A questão aqui é o papel desempenhado pela inclusão digital nas condições de vida. Um passo essencial nessa direção é estudar a relação entre a inclusão digital, a posse de outros ativos e a geração de renda de famílias pobres. Entretanto, este não é o único aspecto a ser considerado. A nossa estratégia de construção do chamado capital digital a partir dos impactos do mesmo sobre as condições de vida e o bem-estar social.

6. OFERTA TECNOLÓGICA

Nesta seção, iremos abordar alguns aspectos deste tema sob o ponto de vista da oferta do setor tecnológico, dentro do contexto das políticas públicas baianas, bem como a evolução de seu impacto sobre o acesso dos usuários e a participação da mão-de-obra. Muitas iniciativas estão sendo tomadas para suprir a oferta de produtos tecnológicos na região baiana. O Centro de Alta Tecnologia de Informação em Software (ALTIS) foi concebido em 2005 e já forjou uma aliança produtiva com a IBM. Embora o principal intuito desse centro seja a produção para exportação, haverá ganhos locais e regionais, na medida em que novos postos de emprego qualificado serão gerados – incentivando o treinamento apropriado de profissionais da área. Isso significa um incentivo real às pessoas que agora estão sendo incluídas no mundo digital que poderão obter empregos no futuro.

Também está sendo criado o Pólo Tecnológico de Ilhéus, para a produção de hardware. A iniciativa tem sido bem-recebida - a Microsoft, por exemplo, passou a colaborar com fabricantes para instalar Windows nos computadores lá produzidos. Uma boa rede de fortalecimento desta política está se estabelecendo aos poucos na Bahia – também com a formação do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, computadores, informática e similares dos municípios de Ilhéus e Itabuna, BA. Ao lado de melhoras necessárias na infra-estrutura, iniciativas como o programa do software livre (PSL) também tem beneficiado o Identidade Digital, que utiliza esse tipo de software.

6.1 NOVOS ESTABELECIMENTOS

Os estabelecimentos de informática representam na Bahia, 0,79% do total, contra 0,73% no Nordeste, invertendo, portanto posição apresentada pelo setor sete anos antes (respectivamente, 0,43% e 0,46%). Em 1994, eram 231 estabelecimentos que somavam em 2002, 2176 unidades, variação de 882%. No Nordeste, essa variação foi 747%.

ESTABELECIMENTOS DE INFORMÁTICA % NO TOTAL		
	Bahia	Nordeste
2002	0,79	0,73
1994	0,43	0,46

Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do IBGE

6.2 GERAÇÃO DE EMPREGOS

EMPREGOS FORMAIS

O grande boom na geração líquida de emprego formal no Estado aconteceu em 1998, seguido de 2003. Cerca de 505 novos postos de trabalhos, conforme podemos ver na tabela a

seguir. A Bahia é responsável por mais da metade dos empregos gerados (admissões líquidas) pelo setor no Nordeste, segundo evidências do CAGED.

ADMISSÕES

	Bahia		Nordeste	
	AdmLiq	AdmTotal	AdmLiq	AdmTotal
2006*	216	804	376	1372
2005	379	1247	402	1972
2004	211	851	429	1864
2003	505	1262	1418	3342
2002	-161	557	339	1943
2001	-169	731	675	2691
2000	-613	1048	-188	2530
1999	-75	553	310	1896
1998	1680	2339	1814	3116

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do MTE

Olhando para os fluxos, que corresponde à proporção de admissões líquidas em relação ao total de vínculos do setor. Conforme tabela a seguir, no ano de 1998 o setor dobrou sua mão-de-obra (crescimento de 103% no ano). Em 2003, o acréscimo representou 20,41% do total de vínculos.

FLUXO EMPREGO (ADM/TOT VINCULOS)

	Bahia	Nordeste
2004	7,91	5,51
2003	20,41	21,16
2002	-7,36	5,73
2001	-11,10	13,53
2000	-15,90	-2,42
1999	-1,58	4,30
1998	103,00	46,09

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do MTE

PERFIL DOS EMPREGADOS

Passemos agora a analisar o possível impacto de tais políticas, com base em microdados de 2005. Tais dados revelam que houve um claro incremento nas atividades ligadas à informática no estado da Bahia de 0,75% da população em 2002 para 1,16 em 2005. Também aumentou a participação de ambos os sexos em tais atividades: 0,8 para 1,08 (homens) e 0,68 para 1,28 (mulheres) no mesmo período. O grupo etário de 25 a 29 anos domina o setor de atividade informática com 2,25% do total de 845289 jovens nessa faixa. Já os níveis de participação de pessoas entre 30 a 49 anos continuam baixos (entre 0,84 e 107%) com poucas variações entre 2002 e 2005. Um dado interessante é o aparecimento da população indígena (total da amostra 12204) em que 3,9% estão incluídos no setor de atividade ligado à informática. Embora a população de cor preta tenha aumentado seu índice de participação entre 2002 e 2005 (0,65 para 1,27%) esse ainda é um índice baixo, em vista de ser a maioria no estado baiano. A população de cor branca ainda tem o maior índice de participação: 1,8% em 2005.